

A propósito da guerra no Líbano - leituras e interpretações

Publicação: [O Mundo em Português Nº 64](#)

Data de Publicação: Maio/Junho 2007

Autor: Volker Perthes

Os acontecimentos políticos são naturalmente objecto de diferentes interpretações, especialmente quando se caracterizam por um grau significativo de violência e são divulgados ao mundo pelos media internacionais, como foi o caso da guerra no Líbano. Muitos observadores são, na verdade, de uma forma ou outra, parte dos acontecimentos. Alguns oferecem os seus serviços enquanto analistas objectivos e especialistas das questões regionais, sendo, porém, formalmente associados a uma das partes em conflito. Usualmente, os decisores políticos estão conscientes deste tipo de actividades. Podem, porém, estar menos conscientes em relação ao facto de as suas próprias percepções de um problema – logo, as suas opções políticas – serem condicionadas pelo seu quadro de referência e de análise – e este é também o caso dos observadores profissionais.

As linhas de fractura e os acontecimentos da guerra no Líbano podem ser vistas a partir de, pelo menos, cinco quadros de referência. Não sendo mutuamente exclusivos, estes quadros destacam de forma diferente aspectos individuais da questão, favorecendo certas decisões em detrimento de outras. Cada uma destas perspectivas sustenta-se numa teoria específica do modo de funcionamento do mundo e podem ser identificadas por um conceito central que suporta a respectiva teoria: guerra global contra o terrorismo, fundamentalismo islâmico versus modernidade de Israel, guerras assimétricas, fragilidade do Estado e finalmente, lutas de poder no Médio Oriente. Vejamos cada um destes quadros e discutamos as suas respectivas forças e fraquezas, bem como as suas implicações políticas, questionando quais poderão ser as opções para a acção política.

Guerra global contra o terrorismo. O Presidente George W. Bush e muitos dos seus parceiros viram a guerra no Líbano como uma manifestação local da guerra global contra o terrorismo, travada pelos Estados Unidos e pelos seus aliados. Neste quadro, amigo e inimigo, bem e mal, distinguem-se claramente – aliás, este quadro só contempla essas duas categorias. Israel está no Médio Oriente a travar a mesma batalha que os

Estados Unidos travam numa escala global. O Hezbollah libanês e os jihadistas da al-Qaida são considerados como pertencendo à mesma categoria de inimigos. Nesta perspectiva, os interesses nacionais norte-americanos impõem o apoio a Israel na sua tentativa de destruição do Hezbollah. A principal fraqueza deste quadro é a sua incapacidade para distinguir entre os jihadistas globais, por um lado, e grupos nacionais como o Hezbollah e o palestino Hamas, por outro. Estas organizações têm agendas e bases de apoio locais, que esperam delas benefícios e serviços tangíveis. É possível envolver o Hezbollah ou o Hamas em negociações realpolitik. Excluir esta opção não só dificulta o combate ao terrorismo global como prejudica a procura de estabilidade e de soluções viáveis no Médio Oriente.

Fundamentalismo islâmico vs. modernidade de Israel. Alguns políticos israelitas, e também europeus, perceberam a guerra desencadeada pelo Hezbollah como um confronto entre o Islão radical e um Estado de Israel que representa a modernidade. Segundo os seus argumentos, a guerra não tinha como objectivo a conquista de território ou a auto-determinação, como tinha ocorrido em conflitos prévios. Pelo contrário, o Hezbollah aliou-se ao Hamas – que nega a Israel o direito de existência –, mobilizou o ódio a Israel numa escala regional e tentou enfraquecer a existência do Estado de Israel. De certa forma, esta linha de argumentação sugere que Israel representa um modelo Ocidental de modernidade no Médio Oriente, pelo que a guerra no Líbano conteria elementos de um choque de culturas entre o fundamentalismo islâmico e a civilização ocidental. Esta análise pode ajudar a perceber porque razão os islamistas sunitas do Egipto ostentavam bandeiras do xiita Hezbollah nas suas manifestações, mas não deixa, no entanto, de ser pouco apropriada para perceber a situação. Ignora o facto de o Governo liderado pelo Hamas nos territórios palestinos ter ficado tudo menos contente com a forma como o Hezbollah tentou instrumentalizar a agenda palestina. Esta análise também marginaliza importantes linhas de fractura presentes no conflito. A linha verdadeiramente divisória em qualquer choque cultural, se assim estamos dispostos a considerá-lo, não é entre o «Ocidente» e o «Islão». Pelo contrário, a linha situa-se dentro da própria civilização árabe-muçulmana, e divide aqueles que querem integrar os seus países e sociedades num mundo globalizado daqueles que procuram impedir que tal ocorra. O Hezbollah, por seu turno, sabe que não é o facto de atirar mísseis contra Israel que põe em causa a existência do Estado israelita. O «Partido de Deus» pretendia, aparentemente, um confronto limitado, mas acabou por iniciar uma guerra que, acima de tudo, ameaçou a existência de uma experiência de um Estado independente, multi-confessional e democrático no Líbano.

Guerra assimétricas. Muitos observadores salientaram o facto de que da guerra do Líbano, enquanto guerra assimétrica entre um Estado nação fortemente armado e um movimento de guerrilha, se poderiam retirar muitas lições para futuros conflitos deste tipo. Apesar de circunscrito, este quadro de referência permite que se retirem algumas inferências para o estudo da guerra e da paz. Demonstra, por exemplo, a impossibilidade de derrotar um movimento de guerrilha através da destruição de infra-estruturas civis. Esta perspectiva também mostra que uma força de guerrilha pode proclamar vitória simplesmente por aguentar o ataque de um inimigo com armamento mais poderoso, e sublinha a importância da «guerra de imagens» numa era de globalização mediática. Como Lothar Rühl salientou num artigo no Frankfurter Allgemeine Zeitung, a análise das guerras assimétricas também demonstra que, neste tipo de conflitos, não são só os movimentos de guerrilha que desrespeitam a legislação humanitária internacional. Mesmo os actores estatais envolvidos nestes conflitos tendem a ignorar as regras. Politicamente, isto suscita a questão do desenvolvimento das leis humanitárias internacionais e da protecção da segurança humana no contexto de guerras não tradicionais.

Estados frágeis. Este quadro analítico centra-se nos riscos inerentes à fragilização das instituições estatais no mundo árabe. Afinal, um actor não-estatal, o Hezbollah, iniciou sozinho uma guerra. As lideranças de alguns Estados árabes foram politicamente desafiadas pelo apoio transnacional que gerou o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah. No Médio Oriente, os actores não-estatais que travam guerras não são uma novidade. Habitualmente, lutam para alcançar o seu Estado, sendo a OLP o exemplo mais flagrante. No caso do Líbano, a situação é diferente: o Hezbollah não luta pelo seu próprio Estado e está representado enquanto partido no parlamento libanês. Mesmo assim, arrogou-se o direito de praticar actos de guerra, de forma independente, e de declarar guerra a um país vizinho. O resultado foi um confronto triangular no qual o Hezbollah combatia Israel, Israel combatia o Estado libanês, e este se viu reduzido a pedir ajuda internacional e a cessação das hostilidades. Falar no Líbano não pode fazer esquecer que outros Estados na região estão igualmente em risco.

Nos territórios palestinianos, assiste-se a um processo de falhanço das estruturas estatais sem a existência formal de um Estado. No Iraque, as autoridades estatais não conseguem controlar as milícias, os bandos criminais e as organizações terroristas na capital do país. Ao mesmo tempo, as tensões sectárias crescem em toda a região, principalmente entre sunitas e xiitas. Onde as instituições estatais foram atingidas pela corrupção, a má governação e o despotismo, o apelo de identidades étnico-nacionalistas e confessionais está em crescimento, o que, por seu lado, ainda contribui

mais para o enfraquecimento do Estado. Se os actores externos estão interessados em estabilizar a região, têm de pensar em formas de refortalecer as instituições, principalmente nos territórios palestinianos e no Líbano. Só se os cidadãos virem que as instituições estatais conseguem garantir bens públicos essenciais, como a segurança, a reconstrução e algum grau de bem-estar, é que tenderão a alinhar mais com as políticas estatais em vez de o fazerem com comunidades e partidos confessionais ou tribais.

Lutas de poder no Médio Oriente. Finalmente, a guerra do Líbano pode ser interpretada como mais um episódio numa série de conflitos israelo-árabes em torno do poder, do território, da soberania e dos recursos. Em termos de teoria das Relações Internacionais, esta é uma perspectiva realista, que se centra principalmente nos interesses dos Estados envolvidos. Explica a reacção desproporcional de Israel perante uma missão de um comando do Hezbollah em termos da manutenção do seu poder de dissuasão, e também explica porque razão um país internacionalmente isolado como a Síria, com poucas esperanças de conseguir encetar um processo de negociações de paz que garantisse a recuperação dos Montes Golã, optou pelo apoio ostensivo ao Hezbollah e celebrou o cessar-fogo como uma vitória da «resistência» a Israel. Este quadro de análise continua a ser o mais importante para os actores internacionais que procuram soluções diplomáticas viáveis para o Médio Oriente.

Sabemos que um cessar-fogo ditado pelo Conselho de Segurança da ONU e uma força internacional de manutenção da paz, por mais cruciais que sejam, não trarão consigo trade-offs negociais de longo prazo, nem, em consequência, estabilidade a longo prazo. Estes objectivos só podem ser alcançados se os interesses tangíveis, legítimos, dos Estados e quasi-Estados envolvidos forem tomados em consideração. Estes interesses legítimos básicos das diversas partes (deixando de lado os ilegítimos, que incluem a aniquilação ou o domínio de um Estado vizinho) nem sequer são irreconciliáveis. Simplificados, podem ser assim caracterizados: Israel exige fundamentalmente segurança; os palestinianos querem o seu próprio Estado; a Síria quer ter de volta os Montes Golã, para restaurar a sua integridade territorial. Os actores mais relevantes da comunidade internacional ficariam bem servidos se procurassem a reabertura das negociações entre Israel e os três vizinhos com os quais ainda não assinou tratados de paz, o que deveria acontecer em moldes semelhantes ao processo de Madrid, de 1991, e que deveria ajudar cada parte a satisfazer os seus interesses legítimos.

Podem conceber-se, obviamente, outros quadros de análise para tentar explicar os acontecimentos e os desenvolvimentos no Médio Oriente – sobretudo, podem fazê-lo os actores da região. Caso a comunidade internacional – particularmente os Estados Unidos e a União Europeia – não consiga trabalhar em direcção a uma resolução abrangente dos conflitos no Médio Oriente, as forças do mundo árabe-muçulmano que têm uma diferente interpretação dos acontecimento ganharão mais força: interpretarão os acontecimentos segundo uma teoria de conflitos não negociáveis, onde o imperialismo Ocidental apenas poderá ser confrontado através de uma resistência islâmica.